



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATA da 835ª (octocentésima trigésima quinta) Sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Pernambuco, realizada em 20 de março de 1990.

Às 17 (desessete) horas do dia 20 (vinte) de março de 1990 (mil novecentos e noventa), na sede social, situada na Rua do Imperador, nº 235, reuniu-se em Sessão Extraordinária o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Pernambuco, sob a presidência do Conselheiro Jorge da Costa Pinto Neves e secretariada pelos Conselheiros Laura Cândida Dubourcq de Barros e Alcides Fernando Gomes Spindola. Presentes, ainda, os seguintes Conselheiros: Aurílio Amorim Araújo, Aldênio de Lemos Melo Rego, Ernesto Bezerra Cavalcanti, Geraldo dos Anjos Neto de Mendonça Junior, João Batista Pinheiro de Freitas, João Pinheiro Lins, Marcelo Antonio Brandão Lopes, Marconi Catulo da Silva Dourado, Maria Rollemberg Barreto Freire, Mozart Cordeiro, Maurício Rands Coelho Barros, Otávio Garibaldi Pinto e Ricardo Estevão de Oliveira. Presente, ainda, o membro nato José Cavalcanti Neves. Ausentes, portanto, os Conselheiros: Ana Maria de Oliveira Moura, Antonio Miranda de Oliveira Correia, José Marcionilo de Barros Lins Filho, Pedro Albuquerque Malheiros Neto, Ricardo Lapenda Figueiroa, Vilma Maria Alves Ribeiro e Romero Câmara Cavalcanti, sendo que os Conselheiros Ana Maria de Oliveira Moura, José Marcionilo de Barros Lins Filho e Vilma Maria Alves Ribeiro justificaram suas ausências. Ausentes também os membros natos Helio Mariano da Silva, Octávio de Oliveira Lobo e Carlos Martins Moreira. Presente ainda à Sessão o Conselheiro Federal Rogério Neves Baptista. Abrindo a Sessão, o Presidente Jorge Neves informou que a razão de ter sido convocada a presente Sessão Extraordinária foi o Plano de Estabilização Econômica anunciado pelo Governo Federal, e a necessidade de manifestação do Conselho Seccional sobre diversos aspectos do aludido Plano. Informou, ainda, que diversos órgãos da Imprensa têm procurado a diretoria do Conselho para colher a posição do Conselho. A esse respeito, a Secretária Laura Dubourcq leu para os presentes os telexes nºs 179



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

180/90, do Conselho Seccional do Distrito Federal, encaminhados ao Sr. Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Ophir Filgueiras Cavalcanti. Inicialmente decidiu o Conselho, por unanimidade, expedir telex ao Conselho Federal sugerindo a apresentação de emenda incluindo a OAB e outros órgãos encarregados da fiscalização das profissões liberais no disposto no art. 11 da Medida Provisória nº 168. Decidiu ainda o Conselho, também por unanimidade, promover debates sobre a matéria e encaminhar telex ao Conselho Federal solicitando seu parecer sobre a constitucionalidade dos dispositivos constantes das Medidas Provisórias componentes do Plano de Estabilização Econômica, para, no caso, de se definir pela inconstitucionalidade de algum dispositivo, ingressar com ação direta de inconstitucionalidade. Finalmente, foi marcada Sessão Extraordinária para o próximo dia 27 de março, para a continuação da análise do Plano, cientes os Conselheiros presentes. E, nada mais havendo a tratar, foi suspensa a Sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente e Secretários da Sessão.

JORGE DA COSTA PINTO NEVES

PRESIDENTE

LAURA CANDIDA DUBOURCQ DE BARROS

1ª SECRETÁRIA

ALCIDES FERNANDO GOMES SPINDOLA

2º SECRETÁRIO